

Criação de um sistema integrado de classificação de risco para grandes eventos no âmbito da Polícia Militar de Alagoas como instrumento de apoio ao controle de distúrbios civis

Creation of an integrated risk classification system for large events within the Military Police of Alagoas as a tool to support civil disturbance control

Creación de un sistema integrado de clasificación de riesgo para grandes eventos en el ámbito de la Policía Militar de Alagoas como instrumento de apoyo al control de disturbios civiles

Recebido: 22/04/2026 | Aceito: 28/04/2026 | Publicado: 30/04/2026

Thiago Barros Oliveira

ORCID: <https://orcid.org/0009-0000-9555-5321>

Governo do Estado de Alagoas, Brasil

E-mail: thiago_barros2007@hotmail.com

Resumo

O presente estudo tem como objetivo desenvolver um sistema integrado de classificação de risco para grandes eventos, aplicado ao contexto da Polícia Militar de Alagoas, como instrumento de apoio ao controle de distúrbios civis. A pesquisa caracteriza-se como aplicada, de abordagem qualitativa, fundamentada em revisão bibliográfica, análise documental e experiência prática na área operacional. O modelo proposto baseia-se na identificação de variáveis relevantes — como tipo de evento, perfil do público, histórico de ocorrências, consumo de álcool, características do local e contexto social — organizadas em um sistema de pontuação que permite classificar os eventos em diferentes níveis de risco. Os resultados indicam que a utilização de critérios objetivos reduz a subjetividade na tomada de decisão, melhora o planejamento operacional, otimiza o emprego de recursos e fortalece a atuação preventiva. Além disso, o sistema contribui para o alinhamento das ações policiais ao uso proporcional da força e à preservação da ordem pública. Conclui-se que a adoção de instrumentos estruturados de gestão de riscos representa um avanço significativo na modernização das práticas operacionais da Polícia Militar de Alagoas.

Palavras-chave: Controle de Distúrbios Civis; Grandes Eventos; Planejamento Operacional; Gestão de Riscos; Ordem Pública.

Abstract

This study aims to develop an integrated risk classification system for large events within the Military Police of Alagoas as a tool to support civil disturbance control. The research is applied in nature, with a qualitative approach, based on bibliographic review, document analysis, and operational experience. The proposed model is structured around key variables — such as event type, public profile, history of occurrences, alcohol consumption, location characteristics, and social context — organized into a scoring system for risk classification. The results indicate that the use of objective criteria reduces subjectivity in decision-making, improves operational planning, optimizes resource allocation, and strengthens preventive actions. Furthermore, the system contributes to aligning police actions with the proportional use of force and the preservation of public order. It is concluded that the adoption of structured risk management tools represents a significant advancement in the modernization of police operational practices.

Keywords: Civil Disturbance Control; Large Events; Operational Planning; Risk Management; Public Order.

Resumen

El presente estudio tiene como objetivo desarrollar un sistema integrado de clasificación de riesgo para grandes eventos, aplicado al contexto de la Policía Militar de Alagoas, como instrumento de apoyo al control de disturbios civiles. La investigación se caracteriza como aplicada, de enfoque cualitativo, basada en revisión bibliográfica, análisis documental y experiencia práctica en el área operativa. El modelo propuesto se fundamenta en la identificación de variables relevantes — como tipo de evento, perfil del público, historial de ocurrencias, consumo de alcohol, características del lugar y contexto social — organizadas en un sistema de puntuación que permite clasificar los eventos en diferentes niveles de riesgo. Los resultados indican que el uso de criterios objetivos reduce la subjetividad en la toma de decisiones, mejora la planificación operativa, optimiza el uso de recursos y fortalece la actuación preventiva. Además, el sistema contribuye a la alineación de las acciones policiales con el uso proporcional de la fuerza y la preservación del orden

público. Se concluye que la adopción de herramientas estructuradas de gestión de riesgos representa un avance significativo en la modernización de las prácticas operativas policiales.

Palabras clave: Control de Disturbios Civiles; Grandes Eventos; Planificación Operativa; Gestión de Riesgos; Orden Público.

1. Introdução

A realização de grandes eventos tem se intensificado nas últimas décadas, impulsionada por fatores culturais, esportivos, políticos e econômicos, consolidando-se como fenômeno característico das sociedades contemporâneas. Tais eventos, ao promoverem a reunião de grandes contingentes populacionais em espaços delimitados, impõem desafios significativos às instituições responsáveis pela segurança pública, especialmente no que se refere à preservação da ordem e à prevenção de situações de instabilidade social. Nesse contexto, as Polícias Militares assumem papel central na gestão de multidões, sendo incumbidas de planejar, coordenar e executar ações voltadas ao controle de distúrbios civis, garantindo não apenas a segurança coletiva, mas também a efetivação dos direitos fundamentais.

O comportamento das multidões constitui um dos elementos mais complexos no campo da segurança pública. Diferentemente do comportamento individual, o comportamento coletivo é influenciado por fatores psicológicos, emocionais e sociais, podendo resultar em alterações significativas na conduta dos indivíduos. Segundo Reicher (2001), a inserção do indivíduo em um grupo pode gerar uma redefinição de identidade social, influenciando suas ações e decisões. Nesse sentido, a multidão deve ser compreendida como um fenômeno social dinâmico, sujeito a estímulos internos e externos que podem desencadear comportamentos de cooperação ou de conflito.

Drury e Reicher (2000) destacam que, em contextos de mobilização coletiva, os indivíduos tendem a agir de acordo com normas emergentes do grupo, o que pode favorecer tanto a organização pacífica quanto a escalada de conflitos. Assim, a compreensão dessas dinâmicas torna-se fundamental para a atuação policial, especialmente em cenários de grandes eventos, nos quais a rápida transformação do ambiente pode exigir respostas imediatas e proporcionais.

O controle de distúrbios civis pode ser definido como o conjunto de ações planejadas e sistematizadas destinadas à prevenção, contenção e dispersão de multidões potencialmente hostis. Essa atividade exige preparo técnico-operacional, disciplina, treinamento contínuo e, sobretudo, planejamento estratégico. A doutrina policial brasileira enfatiza que o uso da força deve observar princípios como legalidade, necessidade e proporcionalidade, sendo o emprego de instrumentos de menor potencial ofensivo uma alternativa essencial para a atuação policial contemporânea (Brasil, 2020).

As manifestações coletivas constituem elemento intrínseco às sociedades democráticas, sendo expressão legítima de reivindicações sociais. Entretanto, como observa Thoreau (1997), a desobediência civil pode emergir como forma de contestação política, podendo evoluir para situações de conflito. Nesse cenário, a atuação policial deve buscar equilíbrio entre a garantia dos direitos fundamentais e a preservação da ordem pública.

No âmbito operacional, os manuais de policiamento de choque evidenciam que as operações de controle de multidões devem ser estruturadas em fases — planejamento, execução e avaliação — sendo o planejamento considerado elemento essencial para o sucesso das operações (Polícia Militar do Estado de Pernambuco, s.d.). A correta análise do cenário, considerando fatores como tipo de evento, perfil do público e histórico de ocorrências, é determinante para a eficiência da atuação policial (Polícia Militar do Estado de São Paulo, 2018).

Adicionalmente, a atuação em controle de distúrbios civis exige organização tática adequada e emprego coordenado das tropas, com padronização de procedimentos, clareza de comando e uso correto dos meios disponíveis (Polícia Militar do Estado do Paraná, 2022; Polícia Militar do Estado de Minas Gerais, 2013). Paralelamente, fatores comportamentais, como liderança informal e influência emocional coletiva, devem ser considerados no planejamento das ações (Polícia Militar do Estado do Rio Grande do Norte, 2013; Reicher, 2001).

A ausência de critérios objetivos para análise do cenário pode comprometer a capacidade de resposta das forças policiais, reforçando a necessidade de instrumentos estruturados de apoio à decisão.

Diante disso, a crescente complexidade dos eventos contemporâneos, aliada à rápida mobilização social e à imprevisibilidade dos cenários, exige a adoção de modelos estruturados de análise de risco. A literatura destaca que a identificação e classificação sistemática das ameaças contribuem para a melhoria da tomada de decisão e para a redução de incertezas operacionais (International Organization for Standardization [ISO], 2018; Hillson, 2002).

O presente estudo tem como objetivo desenvolver um sistema integrado de classificação de risco para grandes eventos, aplicado ao contexto da Polícia Militar de Alagoas, como instrumento de apoio ao controle de distúrbios civis.

Nesse cenário, destaca-se ainda a importância da integração entre planejamento operacional e atividade de inteligência, uma vez que a produção de conhecimento antecipado sobre o evento, seus participantes e possíveis fatores de risco contribui significativamente para a prevenção de incidentes. A coleta e análise de informações permitem identificar ameaças potenciais, padrões de comportamento e vulnerabilidades do ambiente, subsidiando decisões mais precisas e oportunas. Nesse sentido, a atuação policial orientada por inteligência fortalece o caráter preventivo das operações e amplia a capacidade de resposta institucional, reduzindo a necessidade de intervenções repressivas mais intensas e promovendo maior eficiência no controle de distúrbios civis (Waddington, 2007; Cano, 2012).

Este estudo contribui para a literatura ao propor um modelo aplicado de classificação de risco voltado especificamente ao contexto das operações de controle de distúrbios civis no âmbito da Polícia Militar, integrando teoria e prática operacional.

2. Metodologia

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa mista, de natureza aplicada, com abordagem qualitativa (Risemberg et al., 2026; Pereira et al., 2018), apoiada em pesquisa documental de fonte direta, por meio da análise de manuais operacionais e legislações pertinentes, e de fonte indireta, mediante revisão bibliográfica não sistemática do tipo narrativa (Ogassawara et al., 2025; Fernandes, Vieira & Castelhana, 2023). A revisão foi conduzida com base em pesquisas realizadas na plataforma Google Acadêmico, por se tratar de base de dados de acesso livre e ampla cobertura científica, utilizando-se os seguintes descritores: Controle de Distúrbios Civis; Grandes Eventos; Planejamento Operacional; Gestão de Riscos; Ordem Pública. Ademais, o estudo fundamenta-se na prática operacional, articulando conhecimentos teóricos e experiência profissional para o desenvolvimento de um sistema integrado (O'Brien, 2011; Bio, 2008; Boghi & Shitsuka, 2007) de classificação de risco voltado à análise de grandes eventos, com aplicação no âmbito da Polícia Militar de Alagoas.

A abordagem metodológica adotada é qualitativa, uma vez que o objeto de estudo envolve fenômenos sociais complexos, como o comportamento de multidões e a dinâmica das ações coletivas. A pesquisa qualitativa permite compreender as relações entre os diferentes fatores que influenciam o ambiente operacional, considerando aspectos subjetivos, contextuais e comportamentais. Conforme destacam Reicher (2001) e Drury e Reicher (2000), o comportamento coletivo deve ser analisado a partir de uma perspectiva social e interpretativa, uma vez que as ações dos indivíduos em grupo são influenciadas por normas emergentes, identidades sociais e fatores emocionais.

A escolha pela abordagem qualitativa também se justifica pela necessidade de integração entre teoria e prática, característica essencial em estudos aplicados à segurança pública. A análise interpretativa permite identificar padrões de comportamento, compreender a influência de variáveis contextuais e desenvolver modelos conceituais adaptados à realidade institucional.

No que se refere aos objetivos, a pesquisa apresenta caráter descritivo e exploratório. O caráter descritivo manifesta-se na sistematização dos principais conceitos e práticas relacionados ao controle de distúrbios civis, incluindo organização da tropa,

uso progressivo da força, planejamento operacional e gestão de multidões. Já o caráter exploratório está associado à proposição de um modelo inovador de classificação de risco, contribuindo para o avanço do conhecimento na área de segurança pública.

Estudos voltados ao policiamento em contextos de desordem pública ressaltam que a construção de novos modelos operacionais depende da adoção de abordagens exploratórias, capazes de identificar lacunas e propor soluções inovadoras (Waddington, 2007). Nesse sentido, o presente estudo busca não apenas descrever a realidade existente, mas também propor um instrumento que contribua para sua transformação.

Como procedimento metodológico, foi adotada a revisão bibliográfica e documental, permitindo a construção de um arcabouço teórico consistente e alinhado às práticas operacionais. A revisão bibliográfica contemplou obras clássicas e contemporâneas sobre comportamento de multidões, gestão de riscos, planejamento estratégico e uso da força. Esses referenciais permitiram compreender os fundamentos teóricos que sustentam a atuação policial em grandes eventos.

A análise documental concentrou-se em manuais operacionais elaborados por diferentes Polícias Militares brasileiras, que constituem referência prática consolidada na condução de operações de controle de distúrbios civis. Foram examinados documentos institucionais que abordam aspectos como organização da tropa, formações táticas, fases das operações, emprego progressivo da força e análise de risco.

Entre os principais documentos analisados, destacam-se os manuais da Polícia Militar do Estado de São Paulo (2018), Polícia Militar do Estado do Paraná (2022) e Polícia Militar do Estado de Minas Gerais (2013), que apresentam diretrizes detalhadas sobre o controle de multidões e as operações de choque. Esses materiais permitiram identificar padrões operacionais e boas práticas, contribuindo para a construção de um modelo alinhado às diretrizes institucionais.

Além da análise documental, a pesquisa incorpora uma dimensão prática-operacional, fundamentada na experiência profissional no âmbito do controle de distúrbios civis. Essa abordagem possibilitou a identificação de demandas reais enfrentadas pelos gestores operacionais, especialmente no que se refere à tomada de decisão em cenários de alta complexidade.

A experiência prática revelou que a ausência de critérios objetivos para classificação de risco pode resultar em decisões inconsistentes, impactando diretamente o dimensionamento do efetivo e a escolha das estratégias operacionais. Nesse sentido, a integração entre teoria e prática constitui elemento fundamental para a construção de um modelo aplicável e eficaz, conforme destaca Cano (2012).

Outro eixo metodológico relevante refere-se à incorporação de conceitos de gestão de riscos, amplamente utilizados em diversas áreas do conhecimento. A norma ISO 31000 (ISO, 2018) estabelece diretrizes para identificação, análise e tratamento de riscos, propondo uma abordagem sistemática que pode ser adaptada ao contexto da segurança pública.

A adaptação desses conceitos permitiu estruturar o modelo proposto de forma lógica e organizada, garantindo maior consistência metodológica. A gestão de riscos aplicada ao contexto policial possibilita a identificação de ameaças, a avaliação de sua probabilidade e impacto, e a definição de estratégias para sua mitigação.

A construção do sistema de classificação de risco foi realizada em etapas sequenciais e interdependentes.

A primeira etapa consistiu na identificação das variáveis relevantes, com base na literatura e nos manuais operacionais. Foram selecionadas variáveis relacionadas ao tipo de evento, perfil do público, histórico de ocorrências, consumo de álcool, características do local e contexto social.

A segunda etapa envolveu a análise dessas variáveis, considerando seu impacto potencial na ocorrência de distúrbios civis. Essa análise permitiu categorizar as variáveis em níveis de risco, estabelecendo critérios objetivos para sua avaliação.

A terceira etapa consistiu na atribuição de pontuação às variáveis, permitindo a construção de um modelo quantitativo simplificado. A utilização de pontuação facilita a classificação dos eventos e reduz a subjetividade na tomada de decisão.

A quarta etapa correspondeu à definição dos níveis de risco, estabelecendo faixas de pontuação para classificação dos eventos em risco baixo, médio, alto e crítico. Essa categorização permite associar cada nível a estratégias operacionais específicas.

A quinta etapa envolveu a elaboração de um modelo operacional integrado, estruturado em fases que incluem coleta de informações, classificação do risco, planejamento, execução e avaliação. Esse modelo orienta a aplicação prática do sistema.

A metodologia também contempla a possibilidade de utilização do sistema como ferramenta dinâmica, permitindo atualizações durante a execução das operações. Em eventos de longa duração, a reavaliação contínua do risco é essencial para garantir a adequação das estratégias adotadas.

Outro aspecto relevante refere-se à integração do sistema com a atividade de inteligência policial, ampliando a capacidade de análise e antecipação de cenários. A coleta e análise de informações qualificadas tornam o modelo mais preciso e eficaz.

A metodologia prevê ainda a utilização do sistema como instrumento de registro histórico, permitindo a construção de banco de dados institucional. Essa base contribui para o aperfeiçoamento contínuo do planejamento operacional.

No que se refere às limitações, destaca-se que a abordagem qualitativa não permite mensuração estatística da eficácia do modelo. No entanto, essa limitação não compromete o objetivo do estudo. Ressalta-se que o modelo proposto possui caráter dinâmico e adaptável, podendo ser aperfeiçoado continuamente, contribuindo para o avanço das práticas de planejamento no controle de distúrbios civis.

Destaca-se que a abordagem qualitativa adotada permite compreender a complexidade dos fenômenos sociais envolvidos, sendo adequada para a construção de modelos aplicados ao contexto da segurança pública.

3. Resultados e Discussão

3.1 Contextualização geral dos resultados

A partir da análise dos referenciais teóricos e das práticas operacionais relacionadas ao controle de distúrbios civis, foi possível desenvolver um modelo de Sistema Integrado de Classificação de Risco para Grandes Eventos, voltado à aplicação no âmbito da Polícia Militar de Alagoas. O sistema proposto consiste em um conjunto de componentes interdependentes e interagentes que atuam de forma integrada para alcançar um objetivo comum, conforme a concepção sistêmica de Ludwig von Bertalanffy (O'Brien, 2011; Bio, 2008; Boghi & Shitsuka, 2007; Bertalanffy, 1951) e, ele, apresenta-se como uma ferramenta estruturada de apoio à tomada de decisão, cujo principal objetivo consiste em subsidiar o planejamento operacional, orientar o emprego proporcional dos meios disponíveis e aumentar a eficiência das ações policiais em contextos de grande concentração de pessoas.

A construção do modelo, parte do pressuposto de que o sucesso das operações em grandes eventos está diretamente relacionado à capacidade de antecipação de cenários e à correta avaliação dos riscos envolvidos. Nesse sentido, observa-se que a ausência de instrumentos sistematizados de análise contribui para a adoção de decisões baseadas predominantemente em critérios subjetivos, o que pode comprometer a eficácia das ações desenvolvidas.

A subjetividade, embora inerente à atividade policial, torna-se um fator limitante quando não é complementada por ferramentas técnicas que permitam padronizar e qualificar o processo decisório.

A introdução de um sistema estruturado de classificação de risco representa, portanto, uma mudança significativa na forma de condução do planejamento operacional. Ao estabelecer critérios objetivos e mensuráveis, o modelo proposto reduz a variabilidade nas análises e promove maior uniformidade nas decisões adotadas pelos gestores operacionais. Essa padronização é especialmente relevante em instituições de grande porte, como a Polícia Militar de Alagoas, nas quais diferentes unidades e comandantes atuam em contextos variados.

Além disso, a utilização do sistema contribui para a transformação de informações qualitativas em dados operacionais concretos, facilitando a compreensão do cenário e a definição de estratégias adequadas. Essa abordagem permite que o planejamento seja realizado com maior precisão, reduzindo incertezas e aumentando a previsibilidade das ações. Em ambientes operacionais complexos, como grandes eventos, essa previsibilidade constitui elemento fundamental para o sucesso das operações.

Outro aspecto relevante refere-se ao fortalecimento da legitimidade institucional. A adoção de critérios técnicos para a tomada de decisão contribui para maior transparência nas ações policiais, o que se alinha às demandas contemporâneas por accountability e respeito aos direitos fundamentais. Dessa forma, o sistema não apenas melhora a eficiência operacional, mas também contribui para a construção de uma imagem institucional mais sólida e confiável.

Por fim, destaca-se que o modelo proposto promove uma mudança de paradigma na atuação policial, deslocando o foco de uma postura reativa para uma abordagem preventiva. A identificação antecipada dos riscos permite a adoção de medidas que visam evitar a ocorrência de incidentes, reduzindo a necessidade de intervenções repressivas e contribuindo para a preservação da ordem pública.

3.2 Apresentação do sistema de classificação de risco

O sistema de classificação de risco desenvolvido neste estudo baseia-se em uma abordagem estruturada de gestão de riscos, adaptada às especificidades da segurança pública e das operações de controle de distúrbios civis. Sua concepção fundamenta-se na integração de diferentes variáveis, que refletem aspectos operacionais, comportamentais e ambientais, permitindo uma análise abrangente do cenário.

A estrutura do sistema organiza-se em três etapas principais: identificação das variáveis de risco, atribuição de pontuação e classificação do nível de risco. Essa organização em etapas sequenciais proporciona um fluxo lógico de análise, facilitando a compreensão do processo e reduzindo a probabilidade de erros decorrentes de avaliações incompletas.

Na primeira etapa, são identificadas as variáveis relevantes para o evento, considerando fatores que possam influenciar o comportamento da multidão e a dinâmica do ambiente. Essa identificação deve ser realizada de forma criteriosa, levando em conta tanto informações históricas quanto dados atuais sobre o evento.

A segunda etapa consiste na atribuição de pontuação às variáveis identificadas, de acordo com seu potencial de impacto no risco geral. Essa pontuação permite transformar elementos qualitativos em parâmetros quantitativos, facilitando a análise comparativa entre diferentes eventos.

Na terceira etapa, realiza-se a classificação do nível de risco, com base na soma das pontuações atribuídas. Essa classificação possibilita o enquadramento do evento em categorias previamente definidas, que orientam o planejamento operacional e o emprego dos recursos disponíveis.

Um dos principais diferenciais do sistema é sua flexibilidade, que permite sua adaptação a diferentes tipos de eventos e contextos operacionais. Essa característica é fundamental para garantir sua aplicabilidade no âmbito da Polícia Militar de Alagoas, considerando a diversidade de eventos realizados no estado.

Outro aspecto importante refere-se à simplicidade operacional do modelo. O sistema foi concebido de forma a permitir sua utilização em situações de tempo reduzido e com recursos limitados, garantindo que possa ser aplicado no cotidiano das operações policiais.

Além disso, o modelo contribui para a padronização dos procedimentos operacionais, promovendo maior uniformidade nas análises e decisões. Essa padronização fortalece a capacidade institucional e reduz a dependência exclusiva da experiência individual dos gestores.

A adoção de modelos estruturados de análise de risco no contexto da segurança pública tem sido amplamente discutida na literatura, destacando-se sua contribuição para a melhoria da tomada de decisão e para a redução de incertezas operacionais (Waddington, 2007; Cano, 2012). Além disso, estudos sobre comportamento de multidões indicam que a compreensão das dinâmicas coletivas é essencial para o planejamento de ações eficazes, especialmente em cenários de grande concentração populacional (Reicher, 2001; Drury & Reicher, 2000).

3.3 Variáveis de análise de risco

A definição das variáveis de análise de risco constitui etapa fundamental na construção do sistema, uma vez que esses elementos são responsáveis por refletir os fatores que influenciam o comportamento das multidões e a ocorrência de distúrbios civis. A seleção das variáveis foi baseada na análise de referenciais teóricos, manuais operacionais e experiências práticas, garantindo sua relevância e aplicabilidade.

Entre as principais variáveis consideradas, destaca-se o tipo de evento, que exerce influência direta sobre o comportamento do público e o potencial de ocorrência de conflitos. Eventos esportivos, por exemplo, apresentam características específicas, frequentemente associadas à rivalidade entre torcidas, o que eleva o nível de risco.

O perfil do público também representa variável essencial, uma vez que diferentes grupos sociais apresentam comportamentos distintos em contextos de aglomeração. A presença de grupos organizados, especialmente aqueles com histórico de envolvimento em conflitos, exige maior atenção no planejamento operacional.

Outro fator relevante refere-se ao histórico de ocorrências, que permite identificar padrões de comportamento e antecipar possíveis situações de risco. Eventos com registros anteriores de violência ou desordem apresentam maior probabilidade de reincidência, devendo ser classificados com maior nível de criticidade.

O consumo de álcool e outras substâncias psicoativas constitui variável de grande impacto, uma vez que influencia diretamente o comportamento dos indivíduos, podendo aumentar a agressividade e reduzir o controle emocional. Esse fator é frequentemente associado à ocorrência de conflitos em eventos de grande porte.

As características do local também desempenham papel fundamental na análise de risco. Aspectos como capacidade, estrutura, rotas de acesso e saída, iluminação e existência de pontos sensíveis impactam diretamente na gestão do evento e na atuação das forças policiais.

Por fim, o contexto social deve ser considerado, uma vez que fatores externos, como tensões políticas ou mobilizações sociais, podem influenciar o comportamento das multidões. A análise integrada dessas variáveis permite uma avaliação mais precisa do risco, contribuindo para o desenvolvimento de estratégias operacionais mais eficazes.

3.4 Estrutura do sistema de classificação de risco

A estrutura do sistema de classificação de risco proposto fundamenta-se na utilização de um modelo de pontuação que permite transformar variáveis qualitativas em parâmetros quantitativos, facilitando a análise e a tomada de decisão. Essa abordagem representa um avanço significativo em relação aos métodos tradicionais, que, em grande parte, se baseiam exclusivamente na percepção subjetiva do gestor operacional.

O modelo foi concebido de forma simples e objetiva, permitindo sua aplicação prática em diferentes contextos operacionais. Cada variável identificada recebe uma pontuação de acordo com seu nível de impacto no risco geral do evento, sendo classificada, de maneira geral, em níveis baixo, médio ou alto. Essa categorização possibilita a construção de um índice final de risco, obtido por meio da soma das pontuações atribuídas.

Tabela 1 – Matriz de Classificação de Risco para Grandes Eventos.

Variável de Risco	Baixo (1 ponto)	Médio (2 pontos)	Alto (3 pontos)
Tipo de evento	Cultural / Familiar	Religioso / Institucional	Esportivo com rivalidade / Manifestação política
Perfil do público	Familiar / Heterogêneo	Público misto	Torcidas organizadas / grupos organizados
Histórico de ocorrências	Sem registros relevantes	Ocorrências isoladas	Histórico frequente de conflitos
Consumo de álcool	Inexistente ou controlado	Moderado	Elevado / sem controle
Característica do local	Estrutura adequada / controle eficiente	Controle parcial	Estrutura deficiente / múltiplos acessos
Contexto social	Estável	Moderadamente sensível	Tensão social / polarização

Classificação final de risco

Pontuação total	Nível de risco	Interpretação operacional
6-9	Baixo	Policimento preventivo
10-13	Médio	Reforço operacional
14-17	Alto	Emprego de unidades especializadas
18+	Crítico	Operação de choque estruturada

Fonte: A autoria própria.

A Tabela 1 apresenta a matriz de classificação de risco desenvolvida neste estudo, estruturada com base nas principais variáveis que influenciam a ocorrência de distúrbios civis em grandes eventos. A atribuição de pontuação a cada variável permite transformar elementos qualitativos em parâmetros mensuráveis, facilitando a análise comparativa e a tomada de decisão.

A utilização da matriz possibilita ao gestor operacional identificar, de forma rápida e objetiva, o nível de risco associado ao evento, orientando o planejamento das ações policiais. Além disso, a classificação final do risco permite associar cada cenário a estratégias operacionais específicas, garantindo maior eficiência e proporcionalidade na atuação.

Outro aspecto relevante refere-se à padronização das análises, uma vez que a utilização de critérios objetivos reduz a subjetividade e promove maior uniformidade nas decisões. Essa característica é fundamental para o fortalecimento da capacidade institucional e para a melhoria da qualidade do planejamento operacional.

Além disso, o modelo possibilita a criação de parâmetros de referência que podem ser utilizados em planejamentos futuros, contribuindo para o aperfeiçoamento contínuo das práticas operacionais. A existência de um banco de dados com informações sobre eventos anteriores permite que a corporação desenvolva uma base de conhecimento própria, fortalecendo sua capacidade de análise e tomada de decisão.

Outro aspecto relevante refere-se à flexibilidade do sistema, que pode ser ajustado conforme as necessidades operacionais e as características específicas de cada evento. Essa adaptabilidade é fundamental para garantir sua aplicabilidade em diferentes cenários, considerando a diversidade de eventos realizados no estado de Alagoas.

3.5 Aplicação operacional do sistema na Polícia Militar de Alagoas

A aplicação do sistema de classificação de risco no âmbito da Polícia Militar de Alagoas apresenta impactos significativos na forma como o planejamento operacional é conduzido. A utilização de critérios objetivos permite que o gestor operacional desenvolva o planejamento de forma mais estruturada, reduzindo incertezas e aumentando a eficiência das ações.

Um dos principais benefícios observados refere-se à melhoria no dimensionamento do efetivo. A classificação prévia do risco possibilita ajustar o quantitativo de policiais de acordo com as necessidades do evento, evitando tanto o subdimensionamento quanto o emprego excessivo de recursos. Essa adequação contribui para a otimização do uso do efetivo disponível, fator especialmente relevante em contextos de limitação de recursos.

O sistema permite a definição mais precisa das estratégias operacionais, incluindo o posicionamento das equipes, a escolha das técnicas a serem empregadas e a utilização de equipamentos específicos. Essa precisão no planejamento reduz a necessidade de improvisações durante a execução das operações, aumentando a eficiência e a segurança das ações.

Observa-se também melhoria na comunicação entre as unidades operacionais. A utilização de uma linguagem padronizada baseada em níveis de risco facilita o entendimento das diretrizes operacionais, promovendo maior coesão nas ações desenvolvidas pela corporação. Essa padronização também contribui para a integração entre diferentes unidades e níveis de comando.

A aplicação do sistema também fortalece a capacidade preventiva da atuação policial. A identificação prévia dos fatores de risco permite a adoção de medidas que visam evitar a ocorrência de incidentes, reduzindo a necessidade de intervenções repressivas. Essa abordagem preventiva contribui para a preservação da ordem pública e para a redução de conflitos.

No contexto da Polícia Militar de Alagoas, a implementação do modelo representa um avanço significativo na modernização das práticas operacionais. A incorporação de ferramentas estruturadas de análise de risco contribui para o fortalecimento da capacidade institucional, promovendo uma atuação mais profissionalizada e alinhada às demandas contemporâneas da segurança pública.

A aplicação do sistema deve ser acompanhada de ações de capacitação e treinamento, garantindo que os profissionais envolvidos estejam aptos a utilizar corretamente a ferramenta. A formação adequada dos policiais é fundamental para o sucesso da implementação e para o aproveitamento pleno dos benefícios proporcionados pelo modelo.

A utilização de instrumentos técnicos no planejamento operacional contribui para o fortalecimento da atuação policial baseada em evidências, reduzindo a dependência exclusiva da experiência individual e promovendo maior eficiência nas ações (Cano, 2012; Waddington, 2007).

3.6 Modelo operacional integrado de aplicação do sistema

A implementação do sistema de classificação de risco no contexto das operações de controle de distúrbios civis exige a definição de um modelo operacional integrado, capaz de orientar sua aplicação prática de forma sistemática e eficiente. Nesse sentido, o modelo proposto organiza-se em cinco fases interdependentes: coleta de informações, classificação do risco, planejamento operacional, execução das ações e avaliação pós-evento.

A primeira fase, correspondente à coleta de informações, constitui etapa fundamental para a eficácia do sistema. Nesse momento, são reunidos dados relevantes sobre o evento, incluindo tipo, público estimado, histórico de ocorrências, características do local e contexto social. A qualidade dessas informações impacta diretamente a precisão da análise de risco, sendo essencial que sejam obtidas de fontes confiáveis e atualizadas. A integração com a atividade de inteligência policial, nessa fase, representa um diferencial significativo, permitindo a identificação de ameaças potenciais e vulnerabilidades.

A segunda fase refere-se à classificação do risco, na qual as variáveis identificadas são analisadas e pontuadas conforme os critérios estabelecidos no sistema. A soma das pontuações resulta no enquadramento do evento em um dos níveis de risco definidos, fornecendo ao gestor operacional uma visão clara e objetiva do cenário.

Na terceira fase, correspondente ao planejamento operacional, são definidos os recursos necessários para atuação, incluindo efetivo, equipamentos, estratégias de posicionamento e formas de intervenção. A classificação do risco orienta diretamente essa etapa, garantindo que o planejamento seja proporcional às características do evento.

A quarta fase envolve a execução das ações, momento em que o planejamento é colocado em prática. Durante essa etapa, o sistema pode ser utilizado de forma dinâmica, permitindo reavaliações conforme a evolução do cenário. Em eventos de longa duração ou com alto grau de imprevisibilidade, essa capacidade de adaptação é essencial para o sucesso da operação.

Por fim, a quinta fase corresponde à avaliação pós-evento, na qual são analisados os resultados das ações desenvolvidas, identificando pontos positivos e oportunidades de melhoria. Essa etapa contribui para o aperfeiçoamento contínuo do sistema e para o fortalecimento da capacidade institucional da Polícia Militar de Alagoas.

A adoção desse modelo operacional integrado promove maior organização e eficiência nas operações, reduzindo falhas e aumentando a capacidade de resposta da corporação. Além disso, contribui para a padronização dos procedimentos, facilitando a atuação dos policiais em diferentes contextos.

3.7 Exemplo prático de aplicação do sistema

Para demonstrar a aplicabilidade do sistema proposto, apresenta-se um exemplo hipotético baseado em situações recorrentes no contexto da Polícia Militar de Alagoas. Considera-se um evento esportivo de grande porte, envolvendo equipes com histórico de rivalidade, com público estimado em 20 mil pessoas, presença de torcidas organizadas e comercialização de bebidas alcoólicas no local.

A aplicação do sistema de classificação de risco inicia-se com a análise das variáveis previamente definidas. O tipo de evento é classificado como esportivo de alto risco, em função da rivalidade entre torcidas. O perfil do público inclui a presença de grupos organizados com histórico de conflitos, elevando o nível de atenção. O histórico de ocorrências indica registros anteriores de violência, reforçando a necessidade de planejamento detalhado.

O consumo de álcool é considerado elevado, fator que contribui para o aumento da agressividade e da imprevisibilidade do comportamento coletivo. As características do local incluem limitações no controle de acesso e rotas de evacuação, o que pode dificultar a atuação policial em caso de incidentes. Por fim, o contexto social é marcado por ambiente de tensão entre torcedores, potencializando o risco.

A partir da análise dessas variáveis, o evento é classificado como de risco crítico. Essa classificação orienta o planejamento operacional, que deve contemplar o emprego de tropas especializadas, reforço do policiamento ostensivo, controle rigoroso de acessos e monitoramento constante do público.

Na fase de execução, o sistema permite acompanhar a evolução do cenário, possibilitando ajustes nas estratégias adotadas. Caso sejam identificados indícios de aumento da tensão, medidas adicionais podem ser implementadas, como reforço do efetivo ou alteração do posicionamento das equipes.

Esse exemplo evidencia a utilidade prática do sistema, demonstrando como a análise estruturada das variáveis permite transformar informações em decisões operacionais concretas. Além disso, reforça a importância da integração entre planejamento e execução para o sucesso das operações.

Outro ponto relevante refere-se à possibilidade de replicação do modelo em diferentes tipos de eventos. Procura-se ir ao encontro do uso de instrumentos de menor potencial ofensivo como pede Brasil (2020). Embora o exemplo apresentado seja esportivo, a metodologia pode ser aplicada a eventos culturais, religiosos e políticos, adaptando-se às características específicas de cada contexto.

3.8 Impactos estratégicos e institucionais na Polícia Militar de Alagoas

A implementação do sistema de classificação de risco no âmbito da Polícia Militar de Alagoas apresenta impactos significativos não apenas no nível operacional, mas também no nível estratégico e institucional. A adoção de ferramentas

estruturadas de análise de risco contribui para a modernização das práticas de planejamento, alinhando a corporação às tendências contemporâneas de gestão pública.

Um dos principais impactos refere-se ao fortalecimento da cultura organizacional baseada em planejamento e análise de risco. A utilização do sistema promove a adoção de uma abordagem mais técnica e sistematizada, reduzindo a dependência de decisões exclusivamente intuitivas e aumentando a eficiência das ações.

Além disso, o modelo contribui para a melhoria da governança institucional, ao promover maior controle e padronização das decisões operacionais. A utilização de critérios objetivos permite maior transparência nas ações, facilitando a prestação de contas e fortalecendo a confiança da sociedade na atuação policial.

Outro impacto relevante refere-se à possibilidade de construção de um banco de dados institucional, no qual os eventos podem ser registrados e analisados de forma sistemática. Esse banco de dados permite identificar padrões de comportamento, recorrência de incidentes e fatores críticos, contribuindo para o aperfeiçoamento contínuo do planejamento operacional.

A integração do sistema com processos de formação e capacitação também representa um avanço significativo. A utilização do modelo em treinamentos permite que os policiais desenvolvam habilidades relacionadas à análise de risco e à tomada de decisão, preparando-os para atuar em cenários reais com maior eficiência.

No âmbito estratégico, o sistema pode ser utilizado como ferramenta de apoio à tomada de decisão em níveis superiores da gestão, contribuindo para a definição de políticas públicas de segurança e para o planejamento de grandes eventos no estado.

Por fim, destaca-se que a implementação do modelo exige o comprometimento institucional e o investimento em capacitação, garantindo que os profissionais estejam aptos a utilizar a ferramenta de forma adequada. A consolidação do sistema como instrumento institucional representa um passo importante para o fortalecimento da Polícia Militar de Alagoas e para a melhoria da qualidade dos serviços prestados à sociedade.

3.9 Limitações do sistema e desafios de implementação

Apesar dos resultados positivos observados na construção e análise do sistema de classificação de risco, é fundamental reconhecer suas limitações e os desafios associados à sua implementação no contexto real das operações policiais. A identificação dessas limitações não reduz a relevância do modelo, mas contribui para seu aprimoramento contínuo e para uma aplicação mais consciente e eficaz.

Uma das principais limitações refere-se à dependência da qualidade das informações utilizadas na análise. O sistema baseia-se na identificação e avaliação de variáveis que, muitas vezes, dependem de dados coletados previamente ao evento. Informações incompletas, imprecisas ou desatualizadas podem comprometer a classificação do risco, levando a decisões inadequadas no planejamento operacional.

Outro desafio relevante diz respeito à subjetividade residual presente na atribuição de pontuação às variáveis. Embora o modelo busque reduzir a subjetividade, ela não pode ser completamente eliminada, uma vez que a interpretação dos fatores de risco depende da experiência e do julgamento do gestor operacional. Nesse sentido, torna-se fundamental investir na capacitação dos profissionais responsáveis pela aplicação do sistema, garantindo maior uniformidade nas análises.

Além disso, a implementação do sistema pode enfrentar resistência institucional, especialmente em organizações com forte tradição baseada na experiência prática. A introdução de novas ferramentas exige mudanças culturais, que nem sempre são facilmente assimiladas. Nesse contexto, a sensibilização dos profissionais e a demonstração dos benefícios do modelo tornam-se essenciais para sua aceitação.

Outro aspecto a ser considerado refere-se à necessidade de atualização constante do sistema. O comportamento social e as dinâmicas dos eventos estão em permanente transformação, influenciados por fatores tecnológicos, culturais e políticos.

Dessa forma, o modelo deve ser compreendido como instrumento dinâmico, passível de ajustes e aperfeiçoamentos ao longo do tempo.

Por fim, destaca-se que o sistema proposto possui caráter teórico-aplicado, sendo necessária sua validação empírica por meio de aplicação em eventos reais. Estudos futuros poderão contribuir para a avaliação de sua efetividade, permitindo ajustes nos critérios de pontuação e na definição das variáveis.

3.10 Relação entre classificação de risco e uso progressivo da força

A classificação do nível de risco apresenta relação direta com a definição do uso progressivo da força, constituindo elemento fundamental para a atuação policial em conformidade com os princípios legais e doutrinários. Busca-se, dessa forma, uma abordagem de gestão de riscos alinhada às diretrizes da norma ISO (2018). O emprego da força deve ser pautado pelos princípios da legalidade, necessidade e proporcionalidade, sendo o sistema proposto uma ferramenta importante para orientar essa atuação.

Eventos classificados como de baixo risco demandam, em regra, uma atuação predominantemente preventiva, com foco na presença ostensiva e na orientação do público. Nesses casos, o uso da força tende a ser mínimo ou inexistente, priorizando-se estratégias de policiamento comunitário e aproximação com a população.

Em eventos de risco médio, a atuação policial deve estar preparada para intervenções pontuais, especialmente em situações que possam evoluir para conflitos. O planejamento deve prever o uso de técnicas de controle menos invasivas, garantindo a manutenção da ordem com o menor impacto possível.

Já nos eventos classificados como de alto risco, torna-se necessária a preparação para o emprego de técnicas de controle de distúrbios civis, incluindo o uso de instrumentos de menor potencial ofensivo. Nesses casos, a atuação deve ser firme, porém controlada, evitando excessos e garantindo o respeito aos direitos fundamentais.

Nos eventos de risco crítico, a complexidade do cenário exige planejamento detalhado e preparação para situações de confronto mais intensas. O uso da força, embora necessário em determinadas circunstâncias, deve sempre observar os limites legais e ser aplicado de forma proporcional à ameaça.

A utilização do sistema de classificação de risco permite alinhar o nível de força empregado ao grau de risco identificado, contribuindo para uma atuação mais técnica e legítima. Esse alinhamento reduz a probabilidade de uso excessivo da força e fortalece a confiança da sociedade nas instituições de segurança pública.

4. Conclusão

O presente estudo tem como objetivo desenvolver um sistema integrado de classificação de risco para grandes eventos, aplicado ao contexto da Polícia Militar de Alagoas, como instrumento de apoio ao controle de distúrbios civis. A partir da análise dos fundamentos teóricos e das práticas operacionais relacionadas à gestão de multidões, foi possível identificar a necessidade de adoção de ferramentas estruturadas que auxiliem na tomada de decisão e no planejamento das operações policiais. Nesse sentido, o trabalho buscou não apenas compreender o fenômeno dos distúrbios civis em grandes eventos, mas também propor uma solução prática e aplicável à realidade institucional.

Os resultados obtidos evidenciam que a ausência de critérios padronizados para a classificação de risco pode comprometer significativamente a eficiência das ações policiais, gerando inconsistências no dimensionamento de efetivo, no emprego de recursos e na condução das operações. A dependência exclusiva da experiência individual do gestor, embora relevante, pode resultar em decisões heterogêneas e, por vezes, inadequadas frente à complexidade dos cenários contemporâneos. Nesse contexto, o sistema proposto apresenta-se como uma alternativa viável para reduzir a subjetividade nas análises, proporcionando maior previsibilidade, racionalidade e consistência na atuação policial em grandes eventos.

A estrutura do modelo, fundamentada na identificação de variáveis relevantes e na atribuição de pontuação para classificação do nível de risco, possibilita uma avaliação mais objetiva dos cenários operacionais. Essa abordagem permite transformar elementos qualitativos — como comportamento do público, contexto social e histórico de ocorrências — em parâmetros mensuráveis, facilitando a comparação entre diferentes eventos e a tomada de decisões mais fundamentadas. Além disso, sua aplicação contribui para a padronização dos procedimentos, favorecendo a uniformidade das ações e o alinhamento das decisões estratégicas no âmbito da corporação.

Outro aspecto relevante refere-se à contribuição do sistema para o uso progressivo e proporcional da força. A classificação prévia do risco permite a definição mais adequada das técnicas e dos meios a serem empregados, evitando tanto o uso excessivo quanto a insuficiência de recursos diante de situações críticas. Dessa forma, o modelo proposto se alinha aos princípios legais e aos direitos fundamentais, promovendo uma atuação policial mais equilibrada, eficiente e legitimada perante a sociedade.

No contexto da Polícia Militar de Alagoas, a implementação de um sistema integrado de classificação de risco pode representar um avanço significativo na modernização dos processos de planejamento operacional. A utilização de critérios objetivos tende a fortalecer a cultura organizacional baseada em planejamento e análise de risco, reduzindo improvisações e aumentando a capacidade de resposta institucional.

Outro benefício relevante refere-se à possibilidade de construção de um banco de dados institucional, no qual os eventos possam ser registrados e analisados de forma sistemática. Esse histórico permitirá a identificação de padrões de comportamento, recorrência de incidentes e variáveis críticas, contribuindo para o aperfeiçoamento contínuo do planejamento operacional. Dessa forma, o sistema deixa de ser apenas uma ferramenta de uso pontual, passando a integrar um processo permanente de aprendizado institucional.

Entretanto, destaca-se que o sistema proposto possui caráter teórico-aplicado, sendo necessária sua validação por meio de aplicação prática e análise de resultados em cenários reais. A eficácia do modelo depende diretamente da qualidade das informações utilizadas, da capacitação dos profissionais responsáveis por sua aplicação e da adequada integração com os demais processos institucionais. Dessa forma, sua implementação deve ser acompanhada de ações de treinamento e padronização, garantindo sua correta utilização.

Outro ponto que merece destaque refere-se à necessidade de atualização contínua do sistema. O comportamento social e as dinâmicas dos eventos estão em constante transformação, influenciados por fatores como avanços tecnológicos, mudanças culturais e contextos políticos. Assim, o modelo deve ser compreendido como instrumento dinâmico, passível de ajustes e aperfeiçoamentos ao longo do tempo.

Nesse sentido, estudos futuros podem contribuir significativamente para o aprimoramento do modelo proposto, incorporando novas variáveis, ajustando critérios de pontuação e realizando análises quantitativas que permitam mensurar sua efetividade. A realização de estudos de caso e a aplicação do sistema em eventos reais também são recomendadas, possibilitando validação empírica e identificação de oportunidades de melhoria.

Adicionalmente, destaca-se a importância da integração do sistema com a atividade de inteligência policial, potencializando a capacidade de antecipação de riscos e tomada de decisão estratégica. A utilização de informações qualificadas, aliada à classificação sistematizada do risco, pode contribuir para a prevenção de incidentes e para a redução da necessidade de intervenções repressivas mais intensas.

Conclui-se que a adoção de instrumentos sistematizados de gestão de riscos representa uma estratégia fundamental para o fortalecimento da atuação policial em grandes eventos. Ao integrar conceitos de planejamento operacional, gestão de riscos e controle de distúrbios civis, o presente estudo contribui para o desenvolvimento de práticas mais eficientes, seguras e alinhadas às demandas contemporâneas da segurança pública. Dessa forma, o sistema proposto não apenas auxilia na tomada de decisão,

mas também promove a evolução das práticas institucionais, consolidando uma atuação policial mais técnica, profissional e orientada por evidências.

Referências

- Adang, O. M. J. (1998). *Hooligans, autodefence and police tactics*. Police Academy of the Netherlands.
- Balestreri, R. B. (2003). *Direitos humanos: coisa de polícia*. CAPEC.
- Bayley, D. H. (2006). *Padrões de policiamento: uma análise comparativa internacional*. EDUSP.
- Bertalanffy, L. (1951). *General system theory – A new approach to unity of Science*. (Symposium), *Human Biology*, 23, 303-61.
- Bio, S. R. (2008). *Sistemas de informação: um enfoque gerencial*. (2ed). Editora Atlas.
- Boghi, C. & Shitsuka, R. (2007). *Sistemas de informação: um enfoque dinâmico*. (3ed). Editora Érica.
- Brasil. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Secretaria Nacional de Segurança Pública. (2020). *Instrumentos de menor potencial ofensivo*. <https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/suas-pastas/senasp>.
- Cano, I. (2012). *Uso da força pela polícia no Brasil: desafios e perspectivas*. Fórum Brasileiro de Segurança Pública.
- Drury, J., & Reicher, S. (2000). Collective action and psychological change: The emergence of new social identities. *British Journal of Social Psychology*, 39(4), 579–604. <https://doi.org/10.1348/014466600164642>
- Fernandes, J. M. B., Vieira, L. T. & Castelhana, M. V. C. (2023). Revisão narrativa enquanto metodologia científica significativa: reflexões técnico-formativas. *REDES – Revista Educacional da Sucesso*. 3(1), 1-7. ISSN: 2763-6704.
- Hillson, D. (2002). Extending the risk process to manage opportunities. *International Journal of Project Management*, 20(3), 235–240. [https://doi.org/10.1016/S0263-7863\(01\)00074-6](https://doi.org/10.1016/S0263-7863(01)00074-6)
- International Organization for Standardization (ISO). (2018). *ISO 31000: Risk management — Guidelines*.
- Muniz, J., & Proença Júnior, D. (2007). Muita politicagem, pouca política: os problemas da polícia no Brasil. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, 1(1), 6–25.
- O'Brien, J. A. (2011). *Sistemas de informação e as decisões gerenciais na era da Internet*. (3ed). Editora Saraiva.
- Ogassawara, D. et al. (2025). Trilhas metodológicas para a revisão narrativa: orientações pragmáticas para sua elaboração. *Ensino & Pesquisa*. 23(3). DOI: <https://doi.org/10.33871/23594381.2025.23.3.10317>.
- Pereira, A. S. et al. (2018). *Metodologia da pesquisa científica*. [Free ebook]. Santa Maria. Editora da UFSM.
- Polícia Militar do Estado de Mato Grosso do Sul. (2023). *Manual de operações de choque*.
- Polícia Militar do Estado de Minas Gerais. Comando-Geral. (2013). *Manual técnico-profissional: Operações de controle de distúrbios (nº 3.04.10/2013-CG)*.
- Polícia Militar do Estado de Pernambuco. Secretaria de Defesa Social. (s.d.). *Manual de policiamento em praças desportivas*.
- Polícia Militar do Estado de São Paulo. (2018). *Manual de controle de multidões* (5ª ed.).
- Polícia Militar do Estado de Sergipe. (s.d.). *Manual de operações de choque*.
- Polícia Militar do Estado do Paraná. Comando de Policiamento Especializado. Batalhão de Polícia de Choque. (2022). *Manual de operações em controle de multidões*.
- Polícia Militar do Estado do Rio Grande do Norte. (2013). *Manual técnico: operações de choque (M-03-PMRN)*.
- Reicher, S. (2001). The psychology of crowd dynamics. In M. A. Hogg & R. S. Tindale (Eds.), *Blackwell handbook of social psychology: Group processes* (pp. 182–208). Blackwell.
- Risemberg, R. I. C. et al. (2026). A importância da metodologia científica no desenvolvimento de artigos científicos. *E-Acadêmica*, 7(1), e0171675. <https://eacademica.org/eacademica/article/view/675>.
- Souza, L. A., & Almeida, R. F. (2024). Gestão de riscos em eventos de grande porte: desafios e estratégias na segurança pública. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, 18(2), 45–62.
- Stott, C., & Pearson, G. (2007). *Football hooliganism: Policing and the war on the “English disease”*. Pennant Books.
- Thoreau, H. D. (1997). *A desobediência civil* (S. Karam, Trad.). L&PM. (Obra original publicada em 1849).
- Waddington, D. (2007). *Policing public disorder: Theory and practice*. Willan Publishing.
- Zaluar, A. (2004). *Integração perversa: pobreza e tráfico de drogas*. FGV.